



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O Programa Ciência Sem Fronteiras:  
Um Instrumento do Soft Power Brasileiro?**

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do  
título de Especialista em Relações Internacionais pela  
Universidade de Brasília

**Vinicius Martos**

Orientador: Antonio Carlos Lessa

Brasília, DF

## **Resumo**

Este trabalho busca esclarecer o potencial do programa Ciência Sem Fronteiras como mecanismo de poder brando. Primeiramente, aqui se explica o conceito de poder brando, criado por Joseph Nye Jr. Em seguida, se aplica o conceito ao contexto brasileiro, mais especificamente demonstrando o quão inculcido ele está no programa Ciência Sem Fronteiras.

A busca brasileira pelo status de líder regional e por uma maior participação no cenário internacional também faz parte do foco do trabalho. A questão é saber quais as reais possibilidades para o Brasil no que se refere a estes aspectos.

Chega-se à conclusão que, mesmo com os obstáculos a serem vencidos, o Ciência Sem Fronteiras funciona sim como um mecanismo de poder brando, entretanto, tal potencial poderia ser mais bem utilizado.

## **Abstract**

This work aims to expose the Science Without Borders programme's potential as a mechanism of soft power. Firstly, we explain the concept of soft power, first put up by Joseph Nye Jr. Secondly, we apply the concept to the Brazilian context, more specifically showing how imbued it is into the Science Without Borders programme.

The Brazilian search for the status of a regional leader and a more encompassing participation in the international scenario is also part of this piece. The issue is to know what are Brazil's real possibilities to that extent.

We come to the conclusion that, even with the many obstacles to be taken, Science Without Borders does work as a soft power mechanism, however, its potential could be much better used.

## **Palavras-chave**

Ciência Sem Fronteiras; Poder Brando; Liderança Regional

## **Keywords**

Science Without Borders; Soft Power; Regional Leadership

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>O Poder, O Poder Duro e o Poder Brando.....</b>	<b>6</b>
<b>O Brasil e o Poder Brando.....</b>	<b>11</b>
<b>O Ciência Sem Fronteiras Como Mecanismo de Poder Brando.....</b>	<b>16</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>24</b>
<b>Referências.....</b>	<b>26</b>

## Introdução

Em 2011 o governo brasileiro anunciou a criação do programa Ciência Sem Fronteiras, tendo como objetivo o envio de 75.000 estudantes brasileiros para instituições de ensino fora do país com a finalidade de realizar intercâmbios estudantis por meio de financiamento estatal, e mais 26.000 por meio de financiamento privado. Ao todo, o objetivo do programa é enviar 101.000 estudantes para realizarem e/ou complementarem sua formação no exterior. O programa é uma iniciativa em conjunto, do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

O Ciência Sem Fronteiras foi criado com a finalidade de promover a pesquisa científica, investir e angariar fundos para a educação, tanto no Brasil, quanto fora dele, ampliar e fomentar a cooperação internacional em ciência e tecnologia, bem como introduzir e engajar estudantes num diálogo global por meio da educação internacional. As bolsas são oferecidas para que pessoas estudem em mais de 12 países, incluindo: Bélgica, Canadá, França, Austrália, Itália, Alemanha, Holanda, Portugal, EUA, Coreia do Sul, Espanha e Inglaterra. (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>< acesso em 20.12.2013 >)

O primeiro objetivo deste artigo é analisar os resultados até então alcançados pelo Ciência Sem Fronteiras, sua factibilidade, partindo da premissa de que se trata de uma política de projeção internacional de poder brasileiro, além de fomento à educação superior e formação qualitativa garantida aos estudantes brasileiros e estrangeiros. Na sequência, aqui se busca compreender a projeção internacional que se pretende alcançar por meio do programa e, neste sentido, esclarecer teoricamente o conceito de poder brando, de Joseph Nye Jr. O conceito será apresentado no primeiro capítulo deste artigo.

Uma das questões que motivaram esta análise é de se realmente há um plano mais sofisticado, um projeto completo, de alcance da liderança regional por parte do Brasil. Outro aspecto motivador foi o interesse pelo estudo do poder brando brasileiro sob o governo de Dilma Rousseff, de como ele é aplicado atualmente e quais seus resultados até agora. Partindo da premissa de que, sim, o Ciência Sem Fronteiras funciona como um mecanismo de poder brando, no sentido de que se trata de uma política de inserção internacional, como provar tal argumento? Buscaremos, aqui, demonstrar porque acreditamos nesta afirmação e porque partimos desta premissa.

É importante ressaltar que, por aqui, não será analisada a importância do CSF em outro sentido e/ou campo que não seja o das Relações Internacionais. Não visamos discutir o grau de importância do programa para a formação de estudantes, nem no que se refere ao seu futuro acadêmico, tampouco profissional. O que aqui se discutirá está restringido à importância do objeto de análise no que tange à inserção internacional do Brasil e em que grau o programa contribui para, não só o estreitamento da relação do Brasil com seus pares, mas para o aumento da efetividade do poder brasileiro.

## **O Poder, O Poder Duro e o Poder Brando**

Nas relações internacionais, o poder é tema central nas discussões. Ora, porque sempre houve a necessidade de comparar o poder de um ator com o de outro, ora porque, assim como o realismo clássico nos apresenta, o poder é o objetivo maior do Estado, que é o principal ator das relações internacionais. Sendo assim, o Estado atua, na política internacional, tendo o poder como finalidade. E assim Morgenthau define o poder político:

“A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando pelo poder.”

O que Morgenthau mostra aqui é a relação entre a atuação dos atores – Estados – e o poder. Traça um paralelo que esclarece os motivos das ações dos Estados no cenário da política internacional partindo da premissa realista. Entretanto, como é sabido, o poder político é apenas uma das várias facetas do poder. Há o poder militar, aquele que se calcula pelas armas que um Estado possui, bem como os meios que possui para utilizá-las, a qualidade das armas, enfim, o poder bélico como um todo; há também o poder econômico, indispensável para se analisar as relações entre Estados.

É necessário dizer que, neste sentido, o poder político deve ser distinguido do poder militar, da força. O uso concreto da violência não constitui uso do poder político, entretanto, a ameaça do uso da força, a coerção, etc., são usos desse poder. Ainda assim, na política internacional, a posse de força armada como ameaça constitui parte

importante para a construção do poder político de um Estado e, para este, é necessário que possuir armas. Além do poder militar, da força, também se destaca como outra forma de poder o poder econômico. Este está ligado diretamente, hoje em dia, às relações comerciais que o Estado estabelece, à sua produção industrial e – por que não – à produção de conhecimento (ciência e tecnologia) por sua parte. Ainda que este último seja menos tangível, é necessário que o incluamos nesta lista.

No cenário internacional o poder político depende, em grande parte, do quão legítimoum Estado é considerado por seus pares, ou seja, quanto maior for a aceitação das atitudes de um Estado por parte da comunidade internacional, mais poder político este possui. Não afirmamos que esteseja o único aspecto essencial para a manutenção e/ou aumento do poder do Estado, pois este está apoiado em outros quesitos(poder bélico, econômico, etc.), entretanto, na atual conjuntura, a legitimidade de um Estado é elemento imprescindível para que este possua um mais elevado grau de governabilidade interna e externa; quanto mais legítimas as ações do Estado, mais fácil se torna sua vida. A questão da soberania pode servir de contraposição a este argumento, mas, se pensarmos na importância da estabilidade interna – seja ela econômica, política, de segurança, etc. – para a atração de parceiros comerciais e realização de contratos e acordos internacionais, é sim importante que o Estado se preocupe com a legitimidade da política que pratica. Neste sentido, o bom senso está ligado, ainda que indiretamente, à força do Estado na política internacional. Um Estado que, por praticar o descaso em para com seus habitantes ou por uso da violência desmedida, por exemplo, sofrer de crises de governabilidade interna, perde a apreciação dos pares, bem como a confiança no mercado interno e assim, o investidor externo perderá o interesse em colocar seu dinheiro no Estado em questão, por desconfiança e medo. Com isso, o que se busca dizer aqui é que é extremamente importante que um Estado mantenha a ordem interna e a estabilidade de suas relações com seus pares no sentido de manter e/ou fazer crescer seu poder no cenário internacional. Um pequeno trecho do discurso de posse do presidente Barack Obama ilustra o que se afirma aqui:

“... nosso poder aumenta com seu uso prudente; a nossa segurança emana da justeza da nossa causa, da força do nosso exemplo, das qualidades moderadas de humildade e contenção...” (OBAMA, 2009 – mundo P)

Até agora tratamos da definição de poder na seara internacional, que se optou por utilizar por aqui, entretanto, ainda resta definir e discutir um conceito que será muito importante para o desenvolvimento deste trabalho e para que se torne mais fácil a compreensão do leitor: o Soft Power, ou Poder Brando.

O poder é definido de muitas formas, pode ser explicado como a capacidade de se conseguir aquilo o que se quer; a habilidade de se fazer o que quer ou a capacidade de conseguir os resultados esperados e/ou buscados da forma mais conveniente. Nye, ao falar do poder nas relações internacionais, o define desta forma:

“O poder é como o tempo. Todos dependem dele e sobre ele falam, mas poucos o compreendem. Assim como fazendeiros e meteorologistas tentam prever o clima, líderes políticos e analistas tentam descrevê-lo prever mudanças nas relações de poder. O poder é, também, como o amor, mais fácil de experimentar do que de definir ou mensurar, mas não é menos real por isso. O dicionário nos diz que o poder é a capacidade de realizar coisas. No nível mais generalista, poder significa habilidade de se conseguir os resultados desejados. O dicionário também nos diz que poder quer dizer ter a capacidade de afetar o comportamento de outros para que tais coisas se realizem. Então, mais especificamente, poder é a habilidade de influenciar o comportamento de outros para se conseguir os resultados desejados. Mas há várias maneiras de influenciar o comportamento alheio. Você pode coagi-los com ameaças; pode induzi-los com dinheiro; ou pode atri-los e cooptá-los para que façam o que você quer.”(NYE JR, Joseph S. 2004)

Nye ainda nos apresenta três formas – ou tipos – de poder: o Hard Power – ou Poder Duro – o Soft Power – Poder Brando – e o Smart Power – a combinação dos dois primeiros. Como já foi esclarecido, este artigo se debruçará única e exclusivamente sobre o Poder Brando, entretanto, faz-se necessária a explanação dos conceitos dos três tipos de poder sobre os quais Nye escreve.

O Poder Duro seria o poder militar, o poderio bélico de um Estado, com o qual se pode, por muitas vezes conseguir que se quer. Entretanto, o Hard Power não é tão simples quanto parece. A economia, para a qual Nye utiliza o termo “cenouras” metaforicamente, também é poder duro e, sendo assim, tem tanta capacidade de

influência quanto as armas, na medida em que atrai aliados e compele, tanto aliados quanto rivais, a agirem desta ou daquela forma.

“Quando a maioria das pessoas fala ou escreve sobre o poder militar, tende a pensar em recursos subjacentes ao comportamento do poder duro de lutar e ameaçar lutar – soldados, tanques, aviões, navios etc. No fim, se a pressão se transforma em impulso, esses recursos militares importam. Há uma frase famosa de Napoleão que diz: “Deus está do lado dos grandes batalhões”.

Contudo, o poder militar necessita ser olhado mais de perto. Há muito mais no comportamento militar do que combater ou ameaçar combater. Os recursos do poder militar há muito vêm sendo usados para proporcionar proteção aos aliados e ajuda aos amigos, mas até o comportamento de lutar em defesa dos amigos pode envolver o poder brando. Como vimos no capítulo anterior, os usos não coercivos e benignos dos recursos militares podem ser uma fonte importante do comportamento do poder brando de estruturação de agendas, persuasão e atração na política mundial.

Mesmo quando pensamos apenas em combates e ameaças, muitas pessoas encaram a guerra entre países como uma guerra entre soldados uniformizados, organizados e equipados pelo Estado em unidades militares formais. No entanto, até agora no século XXI, mais “guerras” ocorrem dentro dos estados do que entre estados, e muitos combatentes não usam uniformes. É claro que a guerra civil e os combatentes irregulares não são novos, como até a lei tradicional da guerra reconhece. O que é novo neste século é o aumento dos conflitos irregulares e as mudanças tecnológicas que ampliam as vulnerabilidades e colocam o poder destrutivo nas mãos de pequenos grupos de atores não estatais que teriam sido considerados caros demais para serem utilizados em guerras anteriores. E agora a tecnologia trouxe uma nova dimensão à guerra: as perspectivas dos ataques cibernéticos...”(NYE JR, Joseph. 2012)

O poder brando, segundo Nye, consiste na “habilidade de moldar as preferências alheias.” (NYE JR, Joseph. 2004) Para ele, os grandes líderes da política internacional entenderam o tipo de poder que se origina da atração. É como se as cenouras não mais fossem necessárias para o atingimento dos objetivos, tampouco a guerra ou a ameaça da guerra.

É claro que o conceito de poder brando só se aplica às democracias. Ora, os líderes ditatoriais não fazem uso dele. É na democracia aplicada que se vê a utilização e o valor do poder brando. Neste sentido, à medida em que aspectos intangíveis, tais como cultura, personalidade do líder, valores políticos e instituições se transformam em atrativos, fica mais fácil, para o líder de uma democracia, governar. Entretanto, poder brando não se restringe à influência somente. Embora o poder de persuasão e o de mover as populações por meio de argumentos sejam boa parte do que se compreende por poder brando, este não se trata apenas disso.

O poder brando é habilidade de atração, e atração geralmente gera anuência. No que tange o comportamento dos atores no sistema, o poder brando é o poder de atração. (NYE JR, Joseph. 2004)

## O Brasil e o Poder Brando

Tendo conceituado o poder e, mais importante, o poder brando, chegamos ao ponto crucial do presente trabalho, que consiste em discorrer sobre o poder brando do Brasil.

Ele está presente – de maneira geral – na nossa cultura, ou seja, no apelo cultural que o Brasil possui mundo afora; nas nossas reservas naturais; na nossa receptividade; hospitalidade; nos nossos líderes (na era Lula o poder brando do Brasil era muito maior, por exemplo, do que é agora, com Dilma Rouseff, graças ao carisma do primeiro), etc. Ademais, grandes eventos vindouros, como a copa do mundo de futebol e as olimpíadas potencializam o poder de atração de qualquer Estado, e com o Brasil não é diferente. Tais acontecimentos projetam o país internacionalmente de maneira positiva e podem trazer resultados surpreendentes, que variam desde o aumento dos investimentos estrangeiros diretos ao crescimento do turismo e da instalação de empresas estrangeiras por aqui. Em suma, o poder brando é muito da identidade de um Estado, do que ele representa internacionalmente, bem como tudo aquilo que o representa. As nações estrangeiras; o que veem quando pensam no Brasil? O que toca a mente do cidadão, digamos, estadunidense, canadense, italiano ou britânico quando se fala do Brasil? São todos os aspectos que formam nossa identidade e que nos definem mundialmente. O samba, o futebol, a música talvez – num nível mais pessoal, por assim dizer, já que que como veremos adiante, a percepção que se tem de um Estado varia de acordo com o âmbito a partir do qual a análise é feita.

O que pensa um cidadão, por exemplo, indiano, sobre o Brasil, é fácil de descobrir. Basta perguntar a ele e a resposta virá prontamente. Por outro lado, saber o que a coletividade indiana pensa sobre o Brasil pode ser uma tarefa um tanto quanto difícil. Sendo assim, saber como a Índia percebe o Brasil requer um esforço maior ainda. Enfim, o andamento das relações entre os Estados depende, em grande parte, da imagem que estes criam de si mesmos no cenário internacional. Um ator que consegue se projetar positivamente atrai parceiros e dirime possíveis conflitos, tornando os processos mais rápidos, quebrando burocracias, e tudo isso é gerado pelo nível de aproximação entre os Estados. Seja num acordo comercial bilateral ou nas negociações em um bloco, quanto maior a afinidade entre os atores envolvidos mais tranquilas são as conversações. Neste sentido, quanto melhor for a imagem do Brasil na seara

internacional, maior será seu poder brando e, com isso, crescem as possibilidades de, por exemplo, conseguirmos o tão sonhado assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, obtermos mais cargos de chefia em organismos internacionais e, até mesmo, o alcance do status de líder regional.

É importante, primeiramente, discutir a existência de fato de um plano brasileiro de alcance da referida liderança regional. Para este fim, algumas questões devem ser respondidas: (i) o Brasil tem potencial para tal? (ii) Ele possui tal intenção? Se sim, de que prazo estamos falando? Para responder tais questões, foram eleitas algumas opiniões de renome nas relações internacionais, dentre elas, a publicada em 2011, de Lampreia, traz alguns pontos importantes a respeito dos desafios brasileiros para o alcance de tal liderança e, sendo assim, dá o tom no sentido de o Brasil buscar de fato ser um líder regional.

O Mercosul, que parecia ter sido condenado a uma paralisia definitiva, ressurgiu agora como uma nova oportunidade para todos os seus integrantes, devendo ser fortalecido em suas disciplinas básicas. Como disse em meu livro *O Brasil e os Ventos do Mundo*: “O Mercosul é mais do que uma união aduaneira ou um mecanismo de promoção do comércio. O Mercosul tem efetivamente criado uma série de níveis de entendimento com a cooperação militar, a cooperação entre profissionais liberais, o intercâmbio educacional e cultural, em suma criou uma verdadeira intimidade que não existia antes até porque vivíamos de costas uns para os outros”. Isto não deve significar, porém, que o Mercosul volte a ser encarado como a melhor opção de inserção internacional do Brasil, como foi o caso na década de 1990. Adquirimos um peso internacional próprio. Nem sequer do ponto de vista dos acordos de livre comércio é do interesse brasileiro estar necessariamente obrigado a encontrar um denominador comum. Seria útil realizar estudos que permitissem um certo grau de flexibilidade no conceito de negociação em bloco. Deveria ser explorada a possibilidade de que nosso país adquirisse autonomia para negociar com diversos países do mundo.

Com o fim da opção da Alca e a realização de numerosos acordos de livre comércio por muitos de nossos principais parceiros comerciais, na região e fora dela, o Brasil encontra-se na situação de ter desvantagem concorrencial pela falta de preferências comerciais. Fica, assim, dificultado o acesso de nossos produtos de maior valor agregado aos maiores mercados mundiais.

Hoje, mesmo a negociação em curso com a União Europeia parece ter poucas possibilidades de avanço, enquanto não há sequer um começo com outros grandes países. A autonomia negociadora poderia abrir novas perspectivas para o Brasil. É necessário, porém, ter em mente as limitações destes acordos, especialmente o risco de obtermos muito pouco em termos de acesso adicional a mercados em setores em que já existem contenciosos (como algodão e açúcar, por exemplo) e onde os lobbies protecionistas são muito entrenchados e poderosos, em especial na agricultura.

Em segundo lugar, o Brasil precisa desempenhar um papel mais ativo na solução de eventuais conflitos regionais. Não se trata de impor uma presença mediadora constante, mesmo porque não é evidente que nossa intervenção seja desejada, nem que a posição brasileira seja acompanhada por todos, sempre. Porém, a omissão que caracterizou a atuação brasileira no governo passado é uma lacuna que debilita a liderança regional que pretendemos exercer. Ela deveu-se provavelmente ao cálculo de que o envolvimento poderia ser excessivamente desgastante se não fosse efetivo, ou ser visto como a tomada de partido por um dos lados da questão.

O Brasil não tem os meios militares e econômicos para impor soluções, mas tem certamente condições para exercer um peso político e diplomático considerável na região. Nossa presença não precisa ser singular. Ela pode ocorrer em conjunto com os outros países ou no contexto de ações da OEA ou da Unasul. Mas é indispensável que o Brasil tenha um papel de destaque, sem se omitir em questões fundamentais, como a paz na América do Sul. No passado, o Brasil desempenhou este papel com grande êxito em diversas situações históricas, em especial na solução definitiva do secular conflito entre o Peru e o Equador, pelo Tratado do Itamaraty, de 1998.

Em terceiro lugar, pelo peso crescente que o Brasil vai adquirindo na economia dos países vizinhos, precisamos encontrar um equilíbrio entre a submissão aos caprichos de governos populistas (como foi o caso da nacionalização da Petrobras Bolívia) e uma postura intervencionista. O governo tem a obrigação de proteger os interesses das empresas brasileiras, por um lado, mas não pode adotar uma conduta prepotente que seja explorada contra nós, com acusações de “imperialismo”.

Obviamente, o Brasil não pode ameaçar seus vizinhos, mas tem suficiente influência para dar avisos claros e tomar posições firmes em defesa de seus interesses. Foi o caso do Equador em setembro de 2008, quando o presidente Rafael Correa, às vésperas de um referendo sobre uma nova constituição, expulsou a Odebrecht e ameaçou não pagar o empréstimo de US\$ 200 milhões que o BNDES concedeu ao seu país para financiar as obras que a construtora levava adiante. Nesse caso, a resposta do governo brasileiro

foi comedida e rápida, com o adiamento da visita do ministro de Transportes do Brasil, na qual seriam discutidos temas ligados a obras de infraestrutura viária de interesse do Equador. Na sequência, houve uma posição diplomática brasileira firme, mas discreta. O presidente do Equador “deplorou” a decisão do adiamento, mas acabou por atenuar sua posição. Os pagamentos da dívida equatoriana foram honrados. Em julho de 2010, a Odebrecht voltou ao Equador. (LAMPREIA, Luiz Felipe. 2011)

O jornal britânico Financial Times publicou, em 2013, uma matéria a respeito de alguns erros que, segundo a autora, o Brasil vem cometendo, nos últimos anos, no que tange sua política externa e, neste sentido afetando o poder de atração brasileiro no cenário internacional. Elencando os então cometidos erros, o texto objetiva demonstrar como o Brasil tem adotado uma postura, de certa forma, radical na aplicação de sua política externa.

Como o texto relata, em 2009 o Brasil se torna credor do FMI pela primeira vez em sua história e o Ministro Guido Mantega afirma que a mudança radical de então prova que o Brasil está lidando muito melhor com a crise financeira do que a maioria dos países. A quantia destinada, pelo Brasil, ao fundo é de um financiamento de 10 bilhões de dólares.

Em maio de 2010, Lula adota postura centralizadora na mediação da questão nuclear entre a Turquia e o Iran. A aproximação do líder petista e do chefe de estado iraniano gera controvérsias e acaba sendo vista com maus olhos pelos estadunidenses. Ainda em 2010, as críticas de Mantega ao estímulo monetário norte americano e à queda do dólar, os culpando pela queda da competitividade, nas exportações, de outro países. Para Mantega, a injeção de dólares americanos no mundo trabalha contra o desenvolvimento dos demais atores.

Já em abril de 2012, Guido Mantega eleva o tom das discussões entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, anunciando que os BRICS estariam trabalhando juntos no sentido de apresentar um candidato próprio ao posto de presidente do Banco Mundial, entretanto, a Rússia logo quebra a corrente, declarando dar apoio então candidato norte americano. Com efeito, o ocorrido expôs a fraqueza e falta de uniformidade dentre os BRICS, o que, nas relações internacionais, é de suma importância para o ganho de credibilidade.

Então, em 2013, o Brasil anuncia o acordo entre os BRICS para a criação de um banco de desenvolvimento a fim de fazer frente ao Banco Mundial e ao FMI. Todavia, os países enfrentam muita dificuldade para decidir qual seria a forma com a qual o banco angariaria fundos, bem como para decidir sua localização. Em julho do mesmo ano o Brasil solicita uma mudança na forma do cálculo do FMI das dívidas dos países e Paulo Nogueira Batista, então diretor executivo do Brasil no FMI, e abstém da decisão de contribuir com 1.8 bilhões de euros para o resgate da economia grega. O que distanciou ainda mais o Brasil dos países desenvolvidos e, por conseguinte, de obter uma maior participação internacional. (PEARSON, Samantha. 2013)

Ora, movimentos como os relatados acima pelo FT não são o que se pode chamar de exemplo de política externa de atração. Tais ações afastam os outros de nós e, se por um lado não temos inimigos nem conflitos além fronteiras com os quais nos preocuparmos, por outro ganhamos o desgosto de grande parte da comunidade internacional e perdemos credibilidade a cada gesto estapafúrdio ou erro diplomático. Se com Lula gozávamos da empatia de vários chefes de estado e, mesmo assim, percebe-se que o Brasil enfiou os pés pelas mãos por diversas vezes, devido, principalmente à postura centralizadora do Presidente, com Dilma, a diplomacia brasileira perdeu ainda mais força e campo de ação, na medida em que a presidente demonstra claro distanciamento de sua parte para com o Palácio do Itamaraty e, embora o índice de aprovação pessoal da presidente tenha subido (ESTADÃO, 2013), a recente onda de protestos, misturados com desordem e vandalismo, foi assistida ao redor do planeta e, definitivamente, não contribuiu para o aumento do poder brando brasileiro.

## **O Ciência Sem Fronteiras Como Mecanismo de Poder Brando**

Está claro o potencial do Brasil para o futuro próximo e alguns aspectos que precisam de atenção já foram vistos. Entretanto, o objetivo deste trabalho, além de analisar as possibilidades, bem como a aspiração brasileira para a liderança regional, é traçar uma relação entre o programa Ciência Sem Fronteiras e o poder brasileiro, mais especificamente, o poder brando, ou seja, como o programa criado no governo Dilma pode fortalecer o poder de atração brasileiro, trazendo recursos e estabelecendo alianças. Criando novas parcerias diplomáticas e comerciais e fortificando relações já estabelecidas.

O programa, como já foi dito, foi criado em 2011 com o intuito de enviar 101.000 estudantes brasileiros para universidades no exterior. Destes 101.000, 75.000 bolsas seriam financiadas pelo governo federal e as 26.000 restantes, pela iniciativa privada. (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metas> < acesso em 10.12.2013 >) Os principais objetivos do CSF são “investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas e; atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil. (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos> < acesso em 10.12.2013 >).

É importante ressaltar que, por aqui, não nos daremos atenção à detalhes como o processo seletivo do CSF, do grau de dificuldade para conseguir uma bolsa ou o proveito que tiram, do programa, os estudantes agraciados com as bolsas, mas sim aos benefícios gerados ao Estado brasileiro no que se refere à sua imagem no cenário internacional e como isso afeta o poder brando brasileiro. Ademais, é de suma importância que analisemos o potencial do CSF neste sentido, ou seja, que ganhos pode ainda trazer ao Brasil e se, em alguma medida, o programa pode ser utilizado de melhor maneira a fim de potencializar o poder brando brasileiro. Também é interessante deixar claro ao leitor que, para nós, o programa Ciência Sem Fronteiras pode sim ser visto como um mecanismo de poder brando. Tal afirmação será justificada a seguir.

O poder brando, como já visto, pode estar presente nos mais variados aspectos e campos quando nos referimos à um Estado. Uma iniciativa pioneira – devemos reconhecer – como o CSF não tem porque não ser vista como um mecanismo de poder brando e, mais do que isso, seu potencial para tal não deve, de maneira alguma, ser ignorado. O CSF é brasileiro, carrega a marca do Brasil e o projeta para o exterior. A simples existência do programa já trabalha em favor da imagem brasileira no cenário internacional. Entretanto, para se ter uma ideia melhor, é necessário que se apresente alguns dados. Analisemos, portanto, os resultados até agora alcançados.

De acordo com o portal do programa CSF na internet, há cerca de 25.000 bolsas vigentes atualmente. Número pouco expressivo e, preocupante, tendo em vista o número de bolsas prometidas quando da criação do programa. Ao passo que cerca de 44.000 bolsas foram implementadas. Isto mostra que algo em torno de 20.000 bolsas estão inativas. Das bolsas vigentes, cerca de 4.500 foram fornecidas à estudantes que rumaram para os EUA, que é o país que mais recebeu estudantes brasileiros, até agora. O Reino Unido detém cerca de 4.000 bolsistas em seu território, atualmente. Para a Austrália, enviamos aproximadamente 3.500 estudantes, dos quais cerca de 2.800 permanecem em território australiano atualmente. (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/home>< acesso em 20.12.2013 >)

Os números não estão neste artigo por acaso. Ora, demonstram, não só a quantidade de brasileiros vivendo e estudando no exterior, como também uma discrepância no que se refere à promessa de mais de 100.000 bolsas, entre outros aspectos à serem abordados à diante. O poder brando, para nós, reside no fato de acreditarmos que, no caso de uma iniciativa deste tipo, os cidadão são um ativo do Estado. Com isto afirmamos que cada brasileiro no exterior representa o Brasil, de fato e, ademais, pode trabalhar – até mesmo inconscientemente – na promoção dos valores e dos ideais brasileiros e na difusão da cultura e história do país, como se fossem um exército de diplomatas – guardadas as devidas proporções – exercendo um trabalho árduo de projeção internacional em larga escala. Sendo assim, quanto maior for o número de estudantes brasileiros com bolsas em universidades e escolas ao redor do mundo, maior é a presença do Brasil no exterior e, por conseguinte, maior o poder brando brasileiro.

Muito embora tenhamos feito afirmações a favor, não só do programa CSF, mas da iniciativa em si, não é unânime a boa fama da cria petista. Muito pelo

contrário, há opiniões bem divergentes a respeito do CSF e, no sentido de munir este trabalho do máximo de imparcialidade, elas devem ser ouvidas.

“Começam a pipocar alertas sobre o programa Ciência sem Fronteiras, mais uma das soluções de burocratas para renderem muita notícia e depois serem esquecidas.

Há um casamento de conveniência entre a ânsia da burocracia brasileira e a das burocracias universitárias num mundo em crise. Estudantes estrangeiros com bolsas governamentais são uma verdadeira bênção para qualquer universidade: governos pagam em dia e os alunos não dão muito trabalho. A maioria deles volta para o país de origem e as instituições de ensino superior evitam a má fama de graduados menos competentes rodando no mercado.

Os vendedores de admissões nas universidades estrangeiras vêm mais aqui, agora. É fácil recrutar gente que dá lucro, incomoda pouco e não deixa rastros.

Não é acidental que muitos estudantes brasileiros escolham Portugal: lá a língua é parecida com a daqui, embora as universidades nem sempre sejam melhores (Estado, 5/3). Em outros países, porém, a porca torce o rabo. É difícil ter a proficiência desejada para estudar em outro idioma. E há também muitos choques na chegada: adaptação cultural, língua diferente, sistema mais "puxado" que o nosso (mas nem sempre)...

O Ministério da Educação (MEC) diz que vai afrouxar os critérios de proficiência em língua estrangeira para acomodar mais estudantes. (Atenção: há uma grande diferença entre estudar numa boa universidade estrangeira e visitar a Disney!) Ora, aceitando tal afrouxamento, as universidades participantes compactuarão com um sistema em que o governo brasileiro cobrirá prejuízos com o seu, o meu, o nosso dinheirinho.

O Financial Times publicou a notícia de que a ministra do Interior da Inglaterra quer dificultar os vistos para brasileiros, por preocupações de sua pasta com a avalanche verde-amarela (incidentalmente, nossos conterrâneos vão lá para comprar de tudo e agora... educação). Praticamente todos os seus colegas de Gabinete estão contra ela, porque isso reduziria a produção de ovos de ouro que a galinha tupiniquim anda botando na Britânia. E eles são muito bem-vindos, sobretudo agora. (...)" (BARROS, Alexandre, 2013)

Embora a opinião de Alexandre Barros seja um tanto quanto negativa em relação ao CSF e, como fica claro, suas preocupações, quando da produção do texto, estivessem mais debruçadas sobre uma certa ânsia pelo desmascaramento do programa, ela não cabe para refutar nosso argumento de que o CSF é um mecanismo de poder brando do Brasil. Pelo contrário, o autor até pode ser usado para reforçar o argumento deste trabalho, se olharmos para o fato de que seu texto não nega, mas concorda com a existência de um interesse internacional em receber nossos estudantes. Ora, tal interesse não é injustificado: a fé de que o Brasil será um bom pagador é a credibilidade de que precisamos neste estágio e, de acordo com o autor, o recebimento de estudantes brasileiros é lucrativo para as universidades estrangeiras.

Na mesma linha, o Estado de São Paulo publicou, também em 2013, mais negativas a respeito do programa.

Com menos de dois anos, o programa Ciência sem Fronteiras, uma iniciativa acertada do governo federal, já começa a mostrar sinais de que está contaminado pela cultura do "puxadinho", que tão bem tem caracterizado a administração da presidente Dilma Rousseff.

O Ciência sem Fronteiras tem como objetivo internacionalizar o ensino superior no País, por meio da concessão de bolsas de estudo em universidades competitivas no exterior. A intenção, alardeia o governo, é "investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento". Ainda se espera que esse objetivo seja alcançado, porque esse é um dos fatores dos quais depende o pleno desenvolvimento do Brasil, mas multiplicam-se evidências de que, por trás do palavreiro repleto de boas intenções e metas ousadas, viceja a conhecida inépcia da administração lulopetista.

Um exemplo escandaloso disso é a decisão do governo de diminuir a exigência de conhecimento de alemão, francês, inglês e italiano para seleção de bolsistas, de modo que os candidatos com nenhum domínio desses idiomas poderão participar do programa. Com a medida, o governo pretende conseguir cumprir sua promessa de enviar 101 mil bolsistas ao exterior até 2015 - até agora, graças em grande parte ao obstáculo do idioma, apenas 22% dessa meta foi atingida. O governo oferecerá aulas intensivas de idiomas, de até dois meses, para tentar compensar a deficiência dos candidatos, mas especialistas salientam que isso não basta, já que os cursos na área tecnológica, principal foco do programa, exigem pleno domínio da língua em que são dados. Em dois meses, é improvável que os bolsistas possam atingir

esse nível de proficiência. O governo reduziu a tal ponto a exigência de domínio do inglês que, no caso da seleção de alunos dos Institutos Federais de Educação Tecnológica e das Faculdades de Tecnologia (Fatecs) para estudar nos Estados Unidos, o candidato ganhará a vaga mesmo se não conseguir manter uma conversação básica. Não é possível imaginar que um bolsista com essas credenciais consiga ser bem-sucedido nas melhores universidades americanas e europeias.

Ante a evidente limitação de muitos candidatos, vários deles têm optado por concorrer a bolsas para estudar em Portugal, para driblar o obstáculo da língua. O problema é que a maioria dos bolsistas optou por universidades portuguesas que são consideradas mais fracas que as brasileiras, apesar do Ciência sem Fronteiras propagandear que tem convênios com "as melhores universidades do mundo". Um desses estudantes, ouvido pelo Estado (5/3), disse que o importante não era o curso em si, mas o "contato com a cultura europeia" - uma espécie de turismo à custa dos cofres públicos.

Para tentar contornar o problema, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) ofereceu a esses alunos em Portugal a oportunidade de estudar nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e em outros países com universidades de ponta - sem necessidade de passar por teste de proficiência.

A precariedade do Ciência sem Fronteiras não é uma novidade. Entre 2011 e 2012, muitos dos estudantes enviados ao exterior receberam da ajuda prometida apenas a passagem aérea, e ficaram um bom tempo sem dinheiro para pagar o aluguel, a alimentação, os livros, o plano de saúde e o transporte.

Essa situação constrangedora é mais uma a revelar as práticas de um governo que precisa produzir continuamente números vistosos para alimentar seus slogans eleitorais, enquanto faz remendos grosseiros para esconder a fragilidade de suas alegadas conquistas.

Não se esperava que um programa com essa magnitude fosse isento de problemas e contratemplos. No entanto, é notável que, na cartilha da administração petista, quando se trata de corrigir falhas e rumos, recorre-se, como regra, ao imprevisto. Enquanto isso, o Ciência sem Fronteiras, numa flagrante contradição em termos, seguirá formando esforçados monoglotas. (ESTADO, 2013)

Aqui fica importante ressaltar que, no que se refere à alusão à Portugal e o porquê de muitos estudantes o escolherem como país de destino, percebe-se uma certa

supervalorização das estatísticas. Ora, o número de estudantes que – de acordo com os dados do programa – escolheram Portugal não é tão grande a ponto de tornar tal argumento relevante. Até agora, 3.007 bolsas foram implementadas em Portugal, entretanto, somente 627 permanecem vigentes (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo?> <acesso em 15.12.13 >).

Todavia, o texto levanta um aspecto interessante do modelo de aplicação adotado até o momento. Uma série de medidas têm sido adotadas no sentido de facilitar o acesso dos estudantes ao programa e, por conseguinte, atrair cada vez mais estudantes, por exemplo, a exigência por um nível de proficiência em idiomas menor e o oferecimento de cursos intensivos afim de melhor preparar os pleiteadores. Entretanto, o dado colocado pelo texto – mesmo necessitando de uma melhor avaliação – a respeito do tempo de duração destes cursos intensivos de idiomas mostra que esta é uma medida pouco eficiente, já que se trata de um curso muito rápido, ou seja, é impossível se preparar suficientemente em tão pouco tempo.

A pesar dos problemas, o CSF já demonstra seu potencial como mecanismo de poder brando. O programa atrai tanto os Estados como as transnacionais – que hoje são parte fundamental do jogo das relações internacionais, por serem atores com participação, muitas vezes, maior do que a de muitos Estados, sendo que algumas destas empresas os ultrapassam em PIB. O programa atrai estas empresas pois para elas é muito interessante receber e poder contratar pessoal qualificado, que é o peixe vendido pelo CSF.

Em entrevista à Folha de São Paulo, Jorge Almeida Guimarães, ex-presidente da CAPES e atual responsável pelo CSF afirmou – quando perguntado sobre o motivo pelo qual o programa foi expandido para além dos níveis de graduação já contemplados, como graduação e pós-graduação fornecer bolsas para mestrado profissional – que “A demanda por cursos de pós-graduação mais curtos cresceu bastante. O mestrado profissional é mais focado e dura de um a dois anos. As empresas se interessam por essa modalidade, pois elas podem oferecer estágios ao estudante no exterior. Ali, elas colocam o DNA da empresa no estudante -mostram como operam, sua ética, seus projetos de inovação etc. Quando o aluno volta, tem grandes chances de ser contratado, pois essas empresas estão ampliando suas atividades no Brasil e querem trabalhar com quem já conhecem.” Em seguida, quando questionado sobre quais são as empresas que se interessam por esse tipo de formação, respondeu que “São estrangeiras como a

Boeing, a GE e a BP e brasileiras como a Petrobras, a Vale do Rio Doce e a Natura, por exemplo. Temos uma fila de acordos.”

Os trechos retirados da entrevista de Jorge Almeida Guimarães demonstram a existência do interesse de grandes empresas transnacionais e multinacionais nos frutos, produtos do CSF, ou seja, o ativo diplomático do qual falamos anteriormente. Fica claro como o programa funciona, neste caso, como uma espécie de catalisador, atraindo empresas, capital estrangeiro e, por conseguinte, estreitando relações com outros Estados.

O país que mais recebe estudantes brasileiros que foram contemplados com bolsas do CSF é, de fato, os EUA. O programa tem o potencial para estreitar nossas relações com os estadunidenses, no sentido de que, além de atrair empresas como as previamente citadas, serve como moeda de troca na barganha diplomática entre os países. Os EUA têm interesses no Brasil, por exemplo, a indústria armamentista e a vontade de que o Brasil se torne uma espécie de representante da mentalidade democrática norte americana no continente sul-americano, afim de enfraquecer e até mesmo anular outras vertentes de pensamento político, como a venezuelana. Já o Brasil, visa o tão sonhado assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, facilidade na entrada de brasileiros nos EUA e mais oportunidades para brasileiros no CSF. (<http://blogs.ft.com/beyond-brics/2013/06/01/biden-2013-a-new-era-in-us-brazil-relations/?#axzz2seVjmZ5A>< acesso em 03.02.2014 >)

As relações com o Grã Bretanha, outro grande receptor de estudantes brasileiros do CSF, também tem se estreitado no que se refere ao programa. Como já foi dito, o número de estudantes brasileiros residindo na Inglaterra é expressivo e, sendo detentor de um dos melhores sistemas de ensino, bem como de várias das melhores instituições do mundo, a Inglaterra é procurada por muitos brasileiros que almejam uma formação de alta qualidade.

Em 2013 o secretário de negócios britânico e o ministro das universidades visitaram países como o Brasil, o México e Colômbia. A empreitada inglesa objetivava estabelecer um relacionamento diplomático mais firme entre os países e, principalmente, atrair estudantes destes países para universidades inglesas. O foco era atrair alunos de graduação e PHD.

Na visita, o Brasil deixou claro seu interesse em enviar estudantes pelo CSF e a imprensa britânica reiterou as afirmações sobre o sucesso do programa e ainda publicou que, no caso da Grã Bretanha, os estudantes do CSF teriam o direito de passar três

meses em localidades industriais, próximos de companhias como a Ford UK, GlaxoSmithKline e Unilever como parte do curso. É a parceria, não só entre Brasil e Inglaterra, mas entre Brasil e grandes empresas e indústrias inglesas. Tudo isso facilitado pelo CSF.

Segundo a imprensa britânica, o número de brasileiros estudando na Inglaterra entre 2011 e 2012 era de 1.340. Entretanto, se esperava que este número crescesse consideravelmente, graças à iniciativa brasileira do CSF. Ademais, o programa geraria um ganho de 200 milhões de libras para a economia britânica e, mesmo que o impacto do programa vá muito além do aspecto financeiro, a imprensa inglesa fez questão de destacar o sucesso do CSF e a esperança de que o estreitamento das relações, no presente, entre países emergentes e a Grã Bretanha pode, num futuro próximo, resultar em ganhos significativos para os países envolvidos e estabelecer outras formas de cooperação, por exemplo, a saída de pesquisadores ingleses para intercâmbios estudantis nestes países e o fortalecimento da cooperação em científica. (<http://www.bbc.co.uk/news/education-22222582>< acesso em 03.02.2014 >)

## Conclusão

O poder brando é, se bem utilizado, uma forma inteligente de um Estado se sobressair no sistema internacional. Ele é capaz de evitar conflitos e, mais importante, trazer benefícios gigantescos aos Estados que souberem utilizá-lo. Foi-se o tempo em que somente as armas eram capazes de rechaçar inimigos, impedir que os conflitos existissem, ameaçar outros Estados e fazer com que seus interesses fossem atingidos. Desde a Guerra Fria, percebeu-se uma grande força na diplomacia, nos valores políticos praticados e defendidos pelos Estados, na propaganda e, é claro, na projeção internacional, no sentido de criar e fortalecer alianças, dirimir conflitos e aumentar o poder do Estado no sistema.

Iniciativas como o Ciência Sem Fronteiras podem ser de grande ajuda no sentido de aumentar o poder brando de uma nação. Uma vez que a comunidade internacional toma conhecimento de sua existência e percebe suas nuances. O mundo fica sabendo dos objetivos da iniciativa e dos meios pelos quais se pretende atingi-los. Ambos, objetivos e meios para atingi-los trazem incutidos os valores e princípios do Estado, bem como de seu governante. É fato que o programa não é tão eficaz quanto poderia ser se, além de apenas enviarmos estudantes brasileiros para outros países, atraíssemos alunos de universidades estrangeiras para cá. O CSF possui duas vertentes de atração de estudantes e pesquisadores: a Bolsa Jovem Talento e o programa de Pesquisador Visitante Especial. Todavia, os números são muito baixos. São poucos alunos estrangeiros nas universidades brasileiras, principalmente, se compararmos com a quantidade de brasileiros no exterior.

Até 2011, – e esta é a estatística mais recente divulgada no portal do CSF – apenas 117 bolsas em universidades brasileiras foram conferidas à estrangeiros pelo Jovem Talento e apenas 283 pelo programa Pesquisador Visitante Especial. (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-e-investimentos> < acesso em 02.02.2014 >)

Fica claro, por aqui, que a devida atenção não tem sido direcionada à estes dois braços do CSF, ora, o foco parece estar no envio de brasileiros e não no recebimento de estudantes e pesquisadores estrangeiros. O que afirmamos aqui é que o poder brando brasileiro, que já tem sido fortalecido – como demonstramos ao longo deste trabalho – pelo CSF, poderia ser potencialmente aumentado com mais empenho em receber

estrangeiros pois, desta forma, multiplicar-se-iam as formas de projeção internacional do Brasil. Seriam mais capas de jornais e revistas levando a bandeira brasileira; mais publicações científicas em periódicos internacionais e nacionais; mais reconhecimento para o Brasil; mais propaganda brasileira ao redor do globo e, por conseguinte, mais poder de atração, ou seja, mais poder brando.

## Referências

O Que é. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa> < acesso em 20 de Dezembro de 2013 >

MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre As Nações – A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. Imprensa Oficial. São Paulo, 2003. [p. 49]

Discurso de Posse de Barack Obama Traduzido Para o Português. Público. 20 de Janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/discurso-de-barack-obama-em-portugues-1356898> < acesso em 12 de Dezembro de 2013 >

NYE JR, Joseph S. *Soft Power: The Means To Success In World Politics*. PublicAffairs, New York. 2004. [p. 1-2, 5, 6]

NYE JR, Joseph S. *O Futuro do Poder*. Benvirá, 2012. [p. 49-50]

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Agenda Para Política Externa no Governo Dilma*. Interesse Nacional, Abril/Junho de 2011. Disponível em: <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/agenda-para-a-politica-externa-no-governo-dilma/> < acesso em 05 de Novembro de 2013 >

PEARSON, Samantha. *Biden: 2013, a new era in US-Brazil relations*. 1 de Junho de 2013. Disponível em: <http://blogs.ft.com/beyond-brics/2013/06/01/biden-2013-a-new-era-in-us-brazil-relations/#axzz2tZnnE96F> < acesso em 10 de Setembro de 2013 >

Aprovação do governo Dilma sobe de 31,3% para 38,1%, indica CNT. *Na última pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes, avaliação positiva havia registrado queda de quase 23 pontos*. 10 de Setembro de 2013. O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,aprovacao-do-governo-dilma-sobe-de-31-3-para-38-1-indica-cnt,1073192,0.htm> < acesso em 9 de Dezembro de 2013 >

METAS. Ciência Sem Fronteiras. Disponível em:  
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metas> < acesso em 10 de Dezembro de 2013 >

OBJETIVOS. Ciência Sem Fronteiras. Disponível em  
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos> < acesso em 10 de Dezembro de 2013 >

BARROS, Alexandre. 11 de Março de 2013. Ciência Sem Fronteiras... E Sem Critérios. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,ciencia-sem-fronteiras-e-sem-criterios,1007081,0.htm> < acesso em 05 de Janeiro de 2014 >

O Estado de São Paulo. 'Puxadinho' Sem Fronteiras. 6 de Março de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,puxadinho-sem-fronteiras,1004988,0.htm> < acesso em 05 de Janeiro de 2014 >

BRENHA, Heloísa. Aluno quer aula 'padrão Fifa' após voltar do exterior, diz presidente da Capes. 26 de Janeiro de 2014. <acesso em 04 de Fevereiro de 2014 >

PEARSON, Samantha. 1 de Junho de 2013. Biden: 2013, a new era in US-Brazil relations. <acesso em 03 de Fevereiro de 2014 >

Richardson, Hannah. Ministers To Woo Latin American Students. 22 de Abril de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/education-22222582> < acesso em 03 de Fevereiro de 2014 >

Bolsistas Pelo Mundo. Disponível em:  
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-e-investimentos> < acesso em 02 de Fevereiro de 2014 >